

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES – DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

17 ABR 2007

Protocolo 040/07

Processo 034/07

Recebido o Antuado, inclui-se na  
Pauta

Em 17/04/07 Nº 034/07

  
1º Secretário

PROJETO DE LEI



AUTORA DEPUTADA DANIELA AMORIM - PTB

Regula a Concessão de Título de Utilidade Pública a instituições de natureza privada e de interesse público, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

Art. 1º. A concessão de reconhecimento de utilidade pública às instituições filantrópicas de pesquisa científica, culturais, associações com atividade social recreativa ou esportiva e afim, bem como a organização social civil de interesse público obedecerá às normas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação e fundação, da denominação:

I - entidade reconhecida como de utilidade pública estadual.

Art. 2º. A concessão de utilidade pública se fará através de lei, devendo a entidade interessada, com a finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, fazer prova de que:

I - possui personalidade jurídica, com estatuto legalmente registrado em cartório;

II- estar registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ;

III - permanecer em efetivo e contínuo funcionamento durante dois anos, imediatamente anteriores, com a exata observação dos estatutos;

IV - pelos estatutos, não são remunerados por qualquer forma, os cargos de diretoria, com exceção ao que dispõe a Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999;

V- não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, e, em caso de dissolução seu patrimônio será encampado a de outra entidade congênere, ou ao poder público;

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES – DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI



AUTORA DEPUTADA DANIELA AMORIM - PTB

VI - comprovadamente e mediante a apresentação de relatório circunstanciado dos dois anos de exercício anteriores, promova a educação ou exerça atividades culturais, ou de pesquisa científica, ou filantrópica, ou beneficente;

VII - seus diretores sejam portadores de ilibada conduta moral comprovada;

VIII - fazer publicar, anualmente em Diário Oficial ou jornal de circulação regional, a demonstração de contas de subvenção e auxílio do poder público recebido no exercício anterior;

IX – apresentar certidão cível e criminal da Justiça Estadual e Federal, dos dirigentes das entidades;

X – apresentar certidão da Fazenda Pública dos dirigentes das entidades;

XI- sua sede deverá, obrigatoriamente, ser localizada no Estado de Rondônia.

§ 1º. O Deputado que propuser a medida de que trata esta Lei, terá que instruir o projeto com a documentação que prove o atendimento das exigências deste artigo.

§ 2º. A Assembleia Legislativa julgará a autenticidade da documentação apresentada, que prova os requisitos exigidos nos incisos I a XI.

Art. 3º. As entidades declaradas de utilidade pública, salvo motivo de força maior, ficam obrigadas a apresentar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade, no ano anterior, devidamente comprovado, no demonstrativo da receita e das despesas realizada, quando houver recebido subvenção do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 4º. A sociedade, associação, fundação e organização declaradas de utilidade pública ficarão sob controle da Secretaria de Estado, cujo regulamento desta Lei determinará, que a registre em livro especial que se destinará, também, a averbação das remessas de relatórios a que se refere o artigo anterior.

Art. 5º. Poderá ser cassada a declaração de utilidade pública da entidade que:

I - deixar de apresentar, durante dois anos consecutivos, o relatório a que se refere o artigo 3º desta Lei;

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES – DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROJETO DE LEI

AUTORA DEPUTADA DANIELA AMORIM - PTB

II - negar-se a prestar serviços compreendidos em seus fins estatutários;

III – deixar de prestar contas de verbas e subvenções públicas recebidas.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogada a Lei nº. 24 de 25 de abril de 1984 e a Lei nº. 1308 de 16 de janeiro de 2003.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, em 17 de abril de 2007.



**Daniela Amorim**  
Deputada Estadual - PTB

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Deputados,

A proposição ora apresentada, faz-se necessário em virtude das mudanças jurídicas efetuadas na nova legislação civil.

Portanto, incumbe-nos como legisladores, procedermos as devidas adequações às leis estaduais.

Assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição.